

1 ATA DA 22ª REUNIÃO CONJUNTA DO DIRETÓRIO E CÂMARA TÉCNICA DE  
2 INSTRUMENTOS DE GESTÃO E LEGAL DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO  
3 MÉDIO PARAÍBA DO SUL – CBH-MPS DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE, realizada no dia  
4 07 de dezembro (quinta-feira) na Sala de Multimídia (acesso pela Biblioteca) da Faculdade de  
5 Tecnologia da UERJ, situada à Rodovia Presidente Dutra, Km 298 (sentido Rio - São Paulo),  
6 s/n - Polo Industrial, Resende – RJ, com a seguinte ordem do dia: **1. Abertura; 2. Aprovação**  
7 **da ata da 21ª reunião Conjunta de Diretoria e CT; 3. Apresentação do Termo de**  
8 **Referência do Plano de Bacia do CEIVAP; 4. REVIS; 5. Projeto Educação Ambiental do**  
9 **CBH-MPS; 6. Debate sobre a comemoração dos 10 anos do CBH-MPS; 7. Relatório do RX**  
10 **de Esgotamento Sanitário do CBH-MPS; 8. Proposta de Oficina de Planejamento**  
11 **Estratégico; 9. Assuntos Gerais; 10. Encerramento. Item 1. Abertura;** O presidente deu  
12 início a reunião agradecendo a Sra. Carin von Mühlen (UERJ), por ter cedido o local para  
13 realização da reunião. **2. Aprovação da ata da 21ª reunião Conjunta de Diretoria e CT;** Após  
14 o Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ), fazer a leitura da ata, a Sra. Carin von Mühlen (UERJ),  
15 solicitou uma alteração na linha 29 e após a alteração a ata foi aprovada; **3. Apresentação do**  
16 **Termo de Referência do Plano de Bacia do CEIVAP;** A Sra. Juliana Gonçalves Fernandes  
17 (AGEVAP), disse que como foi solicitado ela vai apresentar o Termo de Referência do Plano de  
18 Bacia que o CEIVAP elaborou, que inclui também a elaboração dos planos de recursos  
19 hídricos dos quatro Comitês Fluminenses inseridos na bacia do Rio Paraíba do Sul, a serem  
20 pagos com os recursos da compensação financeira do setor elétrico pelos próprios Comitês. A  
21 Sra. Juliana explicou que a ideia é falar sucintamente do Plano do âmbito federal e explicar de  
22 forma mais detalhada o Plano dos Comitês afluentes. Juliana disse que essa contratação foi  
23 feita em 2012 pelo CEIVAP, a elaboração teve início no final de 2012 e aconteceu até o final de  
24 2016. De acordo com ela, a empresa contratada não conseguiu desenvolver o trabalho de  
25 forma completo, e o contrato foi encerrado no final de 2016 mesmo com o projeto não  
26 finalizado. Segundo Juliana, a empresa só desenvolveu as três primeiras atividades, as outras  
27 quatro restantes não foram desenvolvidas nessa primeira contratação. Juliana explicou que foi  
28 determinado pelo CEIVAP que deveria ser feito um novo Termo de Referência a partir do  
29 prognóstico para contratar uma nova empresa e finalizar o plano. O Sr. Sergio Alves  
30 questionou se as etapas que foram concluídas poderiam ser aproveitadas. A Sra. Juliana  
31 respondeu que sim. A diretora de Recursos Hídricos ainda completou que dentro da atividade  
32 da empresa a ser contratada vai ser realizada uma validação. A Sra. Juliana disse que após  
33 ser feito o Termo de Referência, houve manifestações de interesses dos CBHs afluentes  
34 (Médio, Baixo, Rio dois Rios e Piabanha), em ter um Plano de Bacia e não apenas um recorte  
35 do Plano Federal. Ao todo foi disponibilizado um montante de R\$ 500 mil para os quatro  
36 Comitês, vindo da compensação financeira e, de acordo com a diretora esse recurso já está na  
37 conta da AGEVAP. Juliana contou que já há um processo para essa nova contratação, e o  
38 objeto é a complementação e finalização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia  
39 Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, no âmbito federal e a elaboração dos Planos de Recursos  
40 Hídricos das Bacias Hidrográficas Afluentes. De acordo com ela em uma única contratação  
41 será realizada as duas atividades. O Ato Convocatório da AGEVAP foi publicado no dia 9 de  
42 maio e as empresas apresentaram seus envelopes no dia 27 de junho. Ela explicou que pelo  
43 valor é necessário que fique no mínimo 45 dias publicado. Ela explicou que depois de ter sido  
44 feita a análise das propostas técnicas, três empresas passaram para a etapa seguinte que é a  
45 proposta de preços. Juliana comentou que o Ato é técnica e preço, portanto será realizada  
46 média ponderada das notas técnicas com as notas de preço e a empresa que tiver a melhor  
47 pontuação será a vencedora do Ato. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida.),  
48 questionou se os prazos tem que ser por quase um ano entre o Ato Convocatório até a  
49 contratação. Juliana explicou que o processo é muito longo, pois existem prazos legais. A Sr.  
50 Juliana contou que no dia 12 de dezembro vai ser aberto o envelope de preço e depois disso  
51 vai ser feito a média aritmética, em seguida será declarado o vencedor e em janeiro o contrato  
52 será assinado. Sra. Edna de Andrade Azevedo (P.M. Quatis), questionou se caso a empresa  
53 entregue um plano que não atenda ou que seja questionável pelo Comitê está previsto que a  
54 empresa vai ter que revisar. A Sra. Juliana respondeu que sim e explicou que o termo de  
55 referência fala da aprovação dos produtos e de acordo com o termo, a empresa apresenta a

56 primeira versão para a AGEVAP e é feito uma validação do produto e posteriormente é enviado  
57 para o Comitê. Juliana ainda complementou que se caso a AGEVAP entender que o Plano não  
58 atente, ele volta para a empresa para que sejam feitas as adequações. Em seguida a Sra.  
59 Juliana apresentou as duas fases da contratação, ela explicou que a primeira fase diz respeito  
60 a complementação do Plano Paraíba do Sul e a Elaboração de Plano de Recursos Hídricos do  
61 CBHs afluentes, financiado pelo CEIVAP com o prazo de 19 meses para a contratação no valor  
62 de R\$ 2 milhões e 200 mil. Segundo a diretora, o CEIVAP na sua contratação inicial quer fazer  
63 um plano para a bacia como um todo e ao final um recorte com olhar federal para cada um dos  
64 Comitês inseridos em sua área de atuação. Hoje é utilizado um plano de bacia, mas o mais  
65 adequado é ter um plano mais atualizado para cada região hidrográfica para atender a  
66 legislação estadual. Após a finalização dessa primeira fase a empresa vai usar o recorte  
67 federal e transforma-lo em um plano que atenda aos quatro comitês Fluminenses. A Sra.  
68 Juliana ainda apresentou um gráfico ilustrativo apontando os pontos que já haviam sido  
69 concluídos pela outra empresa, porém ela explicou que a empresa que será contratada terá  
70 que validar os diagnósticos para poder apresentar os prognósticos, considerando o cenário  
71 econômico, demanda e disponibilidade hídrica e cenário de balanço hídrico. A partir desses  
72 cenários vai ser feito o plano de ação programando as metas, ações e investimentos. Juliana  
73 ainda informou que depois do plano de ação a empresa vai construir o Manual Operativo. A  
74 diretora informou que apenas dois planos de bacia no Brasil possui o Pós Plano, que é a  
75 confecção do manual operativo, Juliana contou que essa é uma ideia da Agencia Nacional de  
76 Águas (ANA), para priorizar o que o Comitê vê como mais importante para ser feito em curto  
77 prazo e a empresa vai desenvolver um manual de operação com base nessas prioridades. A  
78 segunda etapa é pegar o plano de ação e transformar o recorte em plano de Recursos Hídricos  
79 dos Comitês estaduais mantendo o horizonte de planejamento tendo como base o plano  
80 nacional e estadual de RH do Rio de Janeiro. Essa atividade está prevista em três etapas, a  
81 primeira é o plano de trabalho que vai mobilizar o grupo de acompanhamento. Juliana explicou  
82 que quando foi criado o grupo de acompanhamento, constituído pelos órgãos gestores dos três  
83 Estados e da ANA, um membro da CT do CEIVAP e um membro do GTAI o CEIVAP pensou  
84 nesse grupo para fazer o acompanhamento dos 18 primeiros meses. A Sra. Carin questionou  
85 se a Câmara Técnica do Médio vai poder aprovar o plano para o Comitê Médio Paraíba do Sul.  
86 Juliana respondeu que sim. Juliana ainda sugeriu que seja criado um grupo de  
87 acompanhamento para o Comitê, segundo ela essa é uma forma de agilizar e validar os  
88 produtos antes deles serem encaminhados para a CT. A Sra. Carin solicitou acesso a base de  
89 dados entregue à empresa contratada para realização do diagnóstico. A segunda etapa é a  
90 consolidação dos planos. A diretora explicou que essa etapa é dividida pela consolidação do  
91 diagnóstico, onde serão realizados levantamento de dados; a primeira rodada de seminários,  
92 com apresentação dos dados que já foram detectados; e a consolidação do diagnóstico, com  
93 as informações obtidas na rodada. A Sra. Juliana explicou que a segunda etapa dessa  
94 atividade é a complementação do prognóstico sendo feito uma elaboração dessa versão  
95 preliminar com vários cenários que serão apresentados em uma segunda rodada de seminário  
96 com a participação da sociedade, para validar qual é o cenário mais coerente para a bacia. A  
97 Sra. Juliana explicou que cada atividade vai ter uma ficha descritiva com um detalhamento  
98 maior para simplificar, contendo os valores das ações. Nessa atividade serão definidas as  
99 metas, diretrizes e programas para instrumentos de gestão, indicadores de acompanhamento  
100 do plano. A diretora explicou que hoje não há indicadores claros, definidos no Plano, para  
101 acompanhar se as ações estão sendo efetivamente desenvolvidas e qual o impacto dessas  
102 ações apresentadas anualmente por um relatório para o Comitê. Juliana explicou que depois  
103 dessas ações o plano é consolidado e terá três rodadas de seminários, e com base na  
104 validação do plano de ação vai ser feito o documento do plano com 300 páginas e um relatório  
105 executivo com no máximo 100 páginas. A terceira etapa é o manual operativo, Juliana disse  
106 que não é para todas as ações previstas, mas sim as priorizadas pelo Comitê. Juliana ainda  
107 explicou que o manual terá um fluxo com início, meio e fim, quem faz o que, respondendo às  
108 perguntas de forma com que o Comitê consiga operacionalizar o plano com minutas de termo  
109 de referência, informação e estudo base. Pelo slide Juliana apresentou os produtos previstos  
110 que são o plano de trabalho da fase dois, a complementação do diagnóstico e do prognóstico,



l11 a proposta de ação e intervenção e o programa de investimentos, fichas descritivas e pôr fim a  
l12 consolidação do plano de recursos hídricos. Juliana ainda informou que todo esse projeto será  
l13 desenvolvido em 12 meses. A Sra. Flávia A. C. Pires (INB), questionou se o Plano não possui  
l14 uma análise de risco. Juliana disse que ainda não tem, mas pode ser desenvolvido, tendo em  
l15 vista que essa é uma contratação técnica e também de interferência social. A Sra. Juliana  
l16 encerrou sua apresentação, sugerindo que seja criado o grupo de trabalho para o  
l17 acompanhamento do plano. O Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ), fez a leitura da proposta de  
l18 carta elaborada para a AGEVAP solicitando a publicação da ratificação de edital que prevê a  
l19 inclusão na matriz de impacto dos dados componentes do IQA (Índice de Qualidade da água) e  
l20 do Índice de Integridade Biótica com base para discussões técnicas para o enquadramento das  
l21 águas da região do Médio Paraíba do Sul. **4. REVIS**; O Sr. Leonardo Guedes (AGEVAP –  
l22 UD1), disse que entrou em contato com o Sr. Ricardo para apresentar o projeto REVIS, porém  
l23 ele teria que receber os pesquisadores e não conseguiria participar da reunião. A Sra. Carin  
l24 (UERJ), explicou que durante uma reunião a empresa contratada para fazer a discussão do  
l25 REVIS da Lagoa da Turfeira, apresentou o mapa de qual região seria demarcada, inclusive  
l26 uma parte é da UERJ, citando sua publicação no Diário Oficial do Estado, Decreto Estadual Nº  
l27 45.574/2016. A coordenadora disse que vai estar diretamente envolvida e que a ideia é fazer  
l28 um parque de visitação com estrutura para receber escolas para fazer observação de  
l29 pássaros. A sede seria na UERJ vinculado com o Centro das Águas. Carin disse que gostaria  
l30 de participar pelo Comitê, estendendo o convite para os outros membros. **5. Projeto Educação**  
l31 **Ambiental do CBH-MPS**; O Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ), contou que o CEIVAP tem um  
l32 programa de educação ambiental que trabalha com um curso de plataforma à distância para a  
l33 formação de representantes das prefeituras para atuar na educação ambiental. O presidente  
l34 disse que o Comitê vinha pleiteando não só a participação das prefeituras como também os  
l35 representantes do Comitê. Arimathéa contou que o Comitê conseguiu duas vagas para a  
l36 participação, segundo ele, conforme o participante vai desenvolvendo no curso o mesmo  
l37 constrói um projeto de educação ambiental. Dentro desse projeto, Vera Lúcia Teixeira (O  
l38 Nosso Vale! A Nossa Vida.) e Flávia A. C. Pires (INB), foram as representantes do Comitê  
l39 nesse curso junto com uma professora de educação ambiental do IFRJ-Pinheiral. Na conclusão  
l40 do curso o produto é o projeto que a Sra. Flávia A. C. Pires (INB), apresentou durante a  
l41 realização da Reunião Plenária do dia 28/11/2017 em Volta Redonda. A ideia é que esse  
l42 projeto seja apresentado e desenvolvido na região, inclusive o presidente contou que o Comitê  
l43 está concorrendo ao recebimento de recursos para desenvolvimento do projeto. Arimathéa  
l44 disse que pela primeira vez foi usado a experiência do curso para a elaboração do trabalho, até  
l45 então o comitê apoiava projetos de educação ambiental pontuais. O diferencial desse projeto é  
l46 que hoje ele pode ser enriquecido com sugestões para agregar valores e pela primeira vez o  
l47 comitê tem um projeto próprio. Segundo Sra. Flávia A. C. Pires (INB), esse é um projeto que  
l48 apesar de haver muitas ações voltadas para a preservação na região com os melhores índices  
l49 de desenvolvimento no Estado do RJ, existe um flagrante desconhecimento da importância dos  
l50 CBHs. Para a vice-presidente o problema é o desconhecimento do Sistema Nacional de  
l51 Recursos Hídricos das ações dos Comitês de Bacias. O objetivo é promover ações sobre a  
l52 importância do Comitê de Bacia. Os interessados são o CBH-MPS, o CEIVAP e as instituições  
l53 contempladas. O projeto prevê a realização em cinco dos 19 municípios, a escolha vai ser  
l54 através de sorteio das cidades inscritas. A Sra. Vera Lúcia sugeriu que a Sra. Flavia coordene  
l55 esse projeto. O grupo concordou com a proposta da secretária. O Sr. Délio Guerra Filho (Cúria  
l56 Diocesana), disse que sentiu falta de ser tratado a questão das nascentes no projeto. Flávia  
l57 explicou que o ponto principal do projeto é falar do sistema e do comitê. O Sr. Leonardo  
l58 (AGEVAP UD1), informou que o Comitê está tentando uma parceria com a CEDAE para poder  
l59 usar o laboratório móvel para reduzir o custo do projeto. Segundo o especialista ele já está em  
l60 contato com a Mayná (CEDAE), e de acordo com ela a parceria é algo viável. O Sr. Arimathéa  
l61 disse que na época que ele era diretor do IFRJ a instituição adquiriu um laboratório itinerante  
l62 para educação à distância, e de acordo com ele um desses cursos foi desativado, e há mais ou  
l63 menos cinco anos o caminhão está sem uso. A ideia do presidente é que a instituição destine  
l64 esse caminhão para educação ambiental. A Sra. Flávia concluiu explicando que no fim das  
l65 atividades, vai ser realizada uma oficina com todos que participaram para que seja feita a



166 leitura das avaliações e as propostas de continuidade e melhorias. **6. Debate sobre a**  
167 **comemoração dos 10 anos do CBH-MPS;** A Sra. Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A  
168 Nossa Vida.), sugeriu que o grupo deve pensar em um ano de atividades começando a partir  
169 de janeiro, e complementou dizendo que o Comitê precisa resgatar ações de homenagens  
170 póstuma e também aos que se destacam com ações positivas ambientais. A Sra. Flávia  
171 sugeriu que o Comitê fizesse homenagem com entrega de placas para os membros por tempo  
172 de trabalho, e que essas placas sejam entregues em setembro – em comemoração ao  
173 aniversário do Comitê. Sr. Arimathéa disse que sobre a reunião na TV Rio Sul teve uma boa  
174 recepção, mas como dever de casa o Comitê vai ter que apresentar algumas atividades para  
175 que seja avaliados para um possível encaixe na grade de programação da emissora. O  
176 presidente disse que durante a reunião pôde explicar que o Comitê não faz parte de um órgão  
177 de governo. O presidente ainda falou sobre os tipos de apoio que a TV presta, um deles é a  
178 atividade onde eles são os realizadores, atividades que são apoiadores e em caso de empatia  
179 com o assunto a TV faz somente a cobertura do evento. Arimathéa ainda lembrou que em 2015  
180 e 2016 foi realizado o abraço ao rio Paraíba. Segundo ele no primeiro ano a ação foi muito  
181 significativa, porém em 2016 não foi. O presidente disse que ele e a Sra. Vera Lúcia,  
182 participaram de uma reunião da Comissão Ambiental e foi proposto fazer o abraço em 2018.  
183 Para ele, o abraço ao rio só funciona em Volta Redonda, pois é uma cidade com duas pontes  
184 próximas. Para Arimathéa a grande dificuldade é mobilizar as pessoas que sob o reflexo do  
185 momento político não se envolvem em questões nem que seja em defesa da água. Outra  
186 questão apontada por Arimathéa é que existem outros conjuntos de cidades e que a ideia  
187 principal é fazer uma atividade no mesmo dia e horário nas 19 cidades de atuação do Comitê.  
188 Pensando nisso a proposta é transferir o abraço ao rio por uma pedalada pelas águas. De  
189 acordo com o presidente o uso da bicicleta tem sido crescente nos municípios, e em quase  
190 todas as cidades da região tem um grupo de ciclistas. Sr. Arimathéa disse que o ideia é que o  
191 evento seja realizado em um sábado de março de 2018, em comemoração ao dia da água. A  
192 Sra. Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida.), sugeriu que fosse criado um grupo de  
193 trabalho da CT e da Diretoria para definir e montar estratégias para a elaboração de atividades  
194 para os dez anos do Comitê, pois além do passeio ciclístico, outras ações tem que ser  
195 definidas. O Sr. Sergio Alves, sugeriu que fosse realizado um Trekking das Águas, e deu a  
196 ideia dessa ação ser feita nas nascentes de pelo menos três rios, podendo contemplar alguns  
197 municípios. Sra. Flávia A. C. Pires (INB), sugeriu que essa trilha fosse realizada no Parque  
198 Nacional de Itatiaia, pois além de ter uma trilha pronta, existe uma parceria com o pessoal da  
199 educação ambiental e de acordo com ela é mais fácil conciliar. A Sra. Vera sugeriu que uma  
200 boa estratégia é apresentar para a imprensa da região em janeiro todas as ações definidas que  
201 o Comitê vai realizar ao longo do ano. **7. Relatório do RX de Esgotamento Sanitário do**  
202 **CBH-MPS;** O Sr. Leonardo Guedes (AGEVAP-UD1), apresentou o índice do relatório e frisou  
203 que ele está muito extenso e por esse motivo expôs de forma mais resumida como ele foi  
204 estruturado. O especialista explicou que o relatório foi montado apontando os antecedentes, as  
205 reuniões realizadas com os representantes dos municípios sobre o papel do Comitê e da  
206 programação da oficina, os objetivos levantados durante as reuniões do Comitê, a metodologia,  
207 avaliação e conclusão geral. Leonardo disse que em um primeiro momento pensou em colocar  
208 uma avaliação com a equipe que participou e entregou para cada membro um questionário,  
209 porém segundo ele, esse não ficou muito objetivo. O especialista sugeriu que os membros que  
210 estavam todos os dias na oficina tracem se os objetivos foram alcançados e o que precisaria  
211 para esses objetivos serem alcançados. Leonardo ainda propôs disponibilizar o relatório para  
212 os membros e após a avaliação fosse marcada uma reunião conjunta em janeiro. O Sr.  
213 Leonardo questionou se em função do trabalho realizado seria preciso colocá-lo em aprovação.  
214 Os membros concordaram que não e o presidente complementou dizendo que o relatório é um  
215 registro do que foi feito. O Sr. Leonardo contou que desenvolveu uma breve conclusão para  
216 cada município, partindo do princípio do que cada um apresentou. O presidente recomendou  
217 que fosse enviado para todos os membros da Câmara Técnica, para os da diretoria e também  
218 para as prefeituras participantes, estabelecendo um prazo para que haja complementação e/ou  
219 alteração para ser consolidado no dia 27 de fevereiro de 2018. O Sr. Leonardo explicou que a  
220 proposta da aprovação seria colocada como um anexo da resolução. **8. Proposta de Oficina**



221 **de Planejamento Estratégico;** O Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ), disse que a proposta era  
222 resgatar o planejamento estratégico do Comitê para poder atualizar o que estava sendo  
223 proposto, e em seguida apresentou as ações de atividades previstas para 2018. Através dos  
224 slides, o presidente pode mostrar as atividades mês a mês no calendário desenvolvido. O  
225 presidente afirmou que os cursos apresentados, foram demandados na oficina de  
226 planejamento estratégico do Comitê. Arimathéa disse que tem a intenção de lançar outro de  
227 auxílio à pesquisas que é um acompanhamento de projetos, e para ele uma preocupação é  
228 que seja trabalhado de uma forma com que as demandas sejam geradas pela Câmara  
229 Técnica. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida.), informou que essa  
230 demanda foi discutida na ata de abril para abrir um edital e ter pesquisas mais palpável e o  
231 grupo não trabalhou. A Sra. Carin (UERJ), disse que isso é algo que deve ser construído com  
232 antecedência. O Sr. Leonardo Guedes, explicou que hoje não há recursos destinados para  
233 auxílio à pesquisas. Pois segundo o especialista, uma parte está bloqueada e a outra ainda  
234 não foi repassada pelo INEA. O Sr. José Arimathéa, explicou que nesse caso já tem uma  
235 resolução específica limitando o valor. O presidente propôs que fosse gerado um e-mail para  
236 todos os membros da Câmara Técnica e apresentar as demandas para 2018. A Sra. Carin  
237 disse que uma coisa que foi levantada pela CT é em questão dos moldes desse edital, esses  
238 precisam ser analisados e que possa ser feito de uma forma diferente, pois o responsável pelo  
239 auxílio é o pesquisador e não o aluno. **9. Assuntos Gerais;** O Sr. Leonardo Guedes  
240 (AGEVAP-UD1), disse que havia conversado no dia anterior com o pessoal da licitação da  
241 AGEVAP sobre o informe do Cílios, e segundo ele, o ato vai ficar em aberto até janeiro; Os  
242 membros definiram que será relançado a terceira edição do projeto de boas práticas  
243 ambientais. A premiação acontecerá em setembro; Sobre o projeto em parceria com o  
244 Ministério de Agricultura o Sr. Arimathéa explicou que esse projeto envolve a questão dos  
245 agricultores na interferência da produção de água nas pastagens da região do Médio Paraíba  
246 do Sul. O presidente ainda contou que o Comitê recebeu o convite do Ministério para fazer  
247 parte desse grupo e esse projeto é uma das tarefas do estagiário da área técnica, que terá que  
248 desenvolver um modelo a partir do Atlas, tendo como referência as microbacias; Outra questão  
249 levantada pelo presidente é em relação a prevenção das queimadas, a ideia é fazer uma  
250 campanha entre os períodos da seca iniciando um projeto em março e colocando ele em  
251 pratica nos meses de junho a outubro onde há maiores índices registrados. Uma ideia é buscar  
252 parcerias com os 19 municípios de atuação do Comitê para colocar placas nas rodovias, por  
253 ser um dos locais mais propícios para incêndios. O Sr. Délio Guerra Filho (Cúria Diocesana),  
254 informou que um dos motivos da grande quantidade de incêndios nas rodovias é por conta de  
255 descarte de lixos, como por exemplo latas de refrigerantes. Segundo ele o descarte desse  
256 material ao passar dos anos causa incêndio; O Sr. Jose Arimathéa disse que em relação a  
257 oficina de planejamento estratégico a ideia é que seja feito uma atualização para que a equipe  
258 que está compondo a diretoria e a CT, pudessem ter ciência e acesso ao planejamento. O  
259 presidente informou que será realizado uma apresentação entre os membros para que todos  
260 tomem ciência dos conteúdos, e posteriormente pensar em uma revisão desse planejamento e  
261 ai fazer uma oficina; A Sra. Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida.), contou que a  
262 Coordenadora de Núcleo Interina a Sra. Roberta Abreu (AGEVAP-UD1), por problema de  
263 saúde durante a sua gestação, saiu de licença do Comitê e não comunicou nenhum membro. A  
264 secretária explicou que em todas as reuniões em que participa, ela estuda a pauta para chegar  
265 na reunião e poder apresentar os itens e segundo ela, os itens que estavam sendo discutidos  
266 nessa reunião conjunta não era de seu conhecimento. Vera disse que mesmo estando de  
267 licença Roberta continua trabalhando em casa e ainda informou que a ordem do dia foi  
268 montada pela coordenadora. Outra preocupação da Sra. Vera Lúcia é que em janeiro o Sr.  
269 Paulo Eugenio (AGEVAP-UD1), vai estar de férias e as atividades do Comitê vão começar  
270 nesse mês. O Sr. Arimathéa disse que a equipe do Comitê é formada pela Coordenadora  
271 Roberta Abreu, o Especialista Ambiental Leonardo Guedes, o Especialista Administrativo Paulo  
272 Eugenio e o Estagiário Comunicação Felipe Rodrigues, e segundo o presidente foi autorizado a  
273 contratação de mais dois estagiários na área de administração e um na área técnica ambiental.  
274 Arimathéa explicou que quando o Sr. Paulo sair de férias o Sr. Leonardo vai estar no Comitê,  
275 porém o mesmo além de ter as suas funções e atribuições ainda vai ter que acompanhar as



276 tarefas do estagiário. A Sra. Vera explicou que o Leonardo está no Comitê por causa dos  
277 projetos não para tomar frente. O Sr. José Arimathéa disse que essa situação não pode  
278 acontecer sem que os membros sejam notificados, pois no seu entendimento o Comitê paga a  
279 AGEVAP para viabilizar o funcionamento do escritório, sendo assim a AGEVAP não é  
280 autônoma para tomar decisões que impactam diretamente no funcionamento dos serviços sem  
281 uma consulta previa. Sra. A Sra. Flávia A. C. Pires (INB), solicitou que o presidente convoque  
282 uma reunião da diretoria do Comitê com a diretoria da AGEVAP para discutir problemas na  
283 gestão de pessoas na UD1; A Sra. Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida.), solicitou  
284 um membro para participar das reuniões do Parque da Concórdia em Valença; A Sra. Vera  
285 contou que participou da Oficina de Sustentabilidade no Rio de Janeiro e de acordo com a ata  
286 aprovada no presente dia, um dos pontos no qual foi abordado é em relação a transparência de  
287 todos os recursos que o Estado recebe. De acordo com a secretária, eles já deveriam ter  
288 apresentado e até então não houve essa resposta apesar do Comitê ter solicitado por carta  
289 para que estes recursos fossem apresentados na oficina. De acordo com ela, na oficina só foi  
290 apresentado os 50% da compensação financeira. O outro problema financeiro apresentado  
291 pela secretária, é o recurso de 2016 que foi arrestado pelo estado. A proposta da secretária é  
292 que o Comitê entre com uma ação no Ministério Público, pedindo a devolução desse recurso  
293 que gira em torno de R\$ 300 mil e a transparência dos 10% que hoje o estado recolhe do  
294 FUNDRHI e onde estão sendo usados os outros 50% da compensação financeira do setor  
295 elétrico. O Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ), disse que vai elaborar uma carta para o INEA  
296 ratificando a anterior e citando a Lei de acesso a informação, e pela lei eles são obrigados a  
297 dar um retorno; Sra. Vera falou sobre o 8º Fórum Mundial das Águas, ela explicou que vai  
298 tentar ir pelo CEIVAP, mas solicitou que se caso o CEIVAP não pagar teria alguma  
299 possibilidade de ir pelo Comitê. Segundo ela o prazo para inscrição com desconto é até o dia  
300 15/12 e ela precisava do aval dos membros para se inscrever. Os membros concordaram; O  
301 presidente explicou que existem duas prefeituras que foram estrategicamente convidadas a  
302 participarem da Câmara Técnica do Comitê porque não havia vagas na Plenária. Arimathéa  
303 ainda lembrou que durante a última reunião plenária, os membros aprovaram no regimento a  
304 ampliação de oito para dez membros por seguimento, o presidente ainda explicou que para as  
305 prefeituras terem acesso na plenária, basta enviar um ofício e preencher um formulário de  
306 inscrição. As vagas serão preenchidas em fórum dos seguimentos em reunião do Comitê; **10.**  
307 **Encerramento:** Não havendo mais nada a tratar a reunião foi encerrada pelo Presidente do  
308 CBH-MPS, tendo a presente ata sido lavrada por mim Felipe Rodrigues Costa – Estagiário de  
309 Comunicação AGEVAP UD1 e, depois de aprovada, assinada pelo Presidente do CBH-MPS  
310 Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ).

311  
312  
313  
314 Resende, 07 de dezembro de 2017.

315  
316   
317 José Arimathéa Oliveira  
318 Presidente  
319  
320

321 **Encaminhamentos:** 1. Montar um Grupo de Trabalho com membros da Diretoria e CT para  
322 elaboração de calendário de atividades em comemoração aos 10 anos do CBH-MPS. 2.  
323 Encaminhar aos membros da Diretoria, CT e prefeituras participantes, o Relatório do RX do  
324 Esgotamento Sanitário solicitando leitura e possíveis complementações. 3. Enviar e-mail para  
325 os membros da Diretoria e CT com o planejamento 2018. 4. Elaborar projeto sobre

326 interferência da produção de água na pastagem em parceria com Ministério da Agricultura. 5.  
327 Elaborar campanha de prevenção de queimadas e buscar parcerias com os municípios. 6.  
328 Planejar a revisão do Planejamento Estratégico. 7. Agendar reunião entre diretoria do Comitê e  
329 a diretoria da AGEVAP para conversar sobre folgas, férias e atestados da equipe da UD. 8.  
330 Elaborar carta ao INEA solicitando esclarecimentos sobre recursos da cobrança que ficam com  
331 o órgão gestor. 9. Elaborar carta para a AGEVAP solicitando inclusão de novos parâmetros na  
332 elaboração do Plano de Bacia. 10. Prorrogar o Concurso de Fotografia. 11. Providenciar novo  
333 regulamento III Concurso de Projetos de Boas Práticas Ambientais.

334

335

336 **Lista de Presença:**

337

338 **Membros representantes do Poder Público:** Edna de Andrade Azevedo (P.M. Quatis).

339 **Membros representantes dos Usuários:** Flávia A. C. Pires (Indústrias Nucleares do Brasil-  
340 INB), Adilson Cruz Souza (SAAE–BM);

341 **Membros representantes da Sociedade Civil:** Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa  
342 Vida!), José Arimathéa Oliveira (IFRJ), Carin Vön Muhlen (UERJ), Délio Guerra Filho (Cúria  
343 Diocesana);

344 **Membro da CT convidado:** Sérgio Alves; Willian Coelho (P.M. Paty do Alferes), Marley  
345 Moreira Landim (P.M. Barra Mansa);

346

347 **Lista de Presença de Convidados:** Juliana Fernandes (AGEVAP);

348 **Ausência Justificada:** Márcia Cinira Neves (SAAE–VR), Daniela Vidal Vasconcelos (P.M.  
349 Volta Redonda);

